

A. I. N° - 146547.0009/07-7
AUTUADO - TUBINO & TUBINO LTDA.
AUTUANTE - OLGA MARIA COSTA RABELLO
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 28. 02. 2008

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0052-01/08

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Infração comprovada. Indeferido o pedido de redução da multa aplicada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Através do presente Auto de Infração, lavrado em 04/09/2007, foi lançado ICMS no valor de R\$ 1.355,00, acrescido da multa de 50%, atribuindo ao sujeito passivo a falta de recolhimento do ICMS no prazo regulamentar, na condição de microempresa, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SIMBAHIA, nos meses de dezembro de 2003, janeiro a dezembro de 2004 e janeiro a março de 2005.

O autuado apresentou impugnação às fls. 13/14, quando reconheceu a falta de recolhimento do imposto exigido na autuação, sob a justificativa de dificuldades financeiras aliadas a extorsivas taxas da penalidade aplicada decorrente de mora, solicitando do órgão julgador que reduza a referida penalidade.

Requer a improcedência parcial do Auto de Infração, reduzindo-se a penalidade para índices compatíveis com a inflação do período.

A autuante, em sua informação fiscal à fl. 17, salienta que o contribuinte reconheceu ter deixado de recolher o ICMS apurado na ação fiscal, sob a alegação de dificuldades financeiras e da alta taxa de acréscimos.

Sugere a manutenção do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em lide atribui ao autuado a falta de recolhimento do ICMS, na condição de microempresa. Através de pesquisa ao INC – Sistema de Informações do Contribuinte da SEFAZ/BA, observo que se trata de estabelecimento inscrito no Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SIMBAHIA, na condição de microempresa, que no período concernente à autuação esteve enquadrado alternadamente nas faixas de faturamento 2 e 4.

Noto que o autuado reconheceu a falta de recolhimento do imposto lançado na peça vestibular, arguindo dificuldades financeiras, ao tempo em que pleiteou que a penalidade aplicada fosse reduzida. Verifico que a apuração do imposto devido foi efetivada pela autuante de forma correta e que a multa aplicada é pertinente à presente situação, estando prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 3 da Lei nº 7.014/96. Quanto à solicitação de redução da multa, saliento que de acordo com previsão contida no § 8º do artigo e Lei acima citados, a análise do pleito no caso de multas por descumprimento de obrigação principal, ao apelo da equidade, é de competência da Câmara Superior deste CONSEF.

Pelo exposto, voto pela procedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **146547.0009/07-7**, lavrado contra **TUBINO & TUBINO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.355,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 3 da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de fevereiro de 2008.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR